

Dificuldade em fechar acordo irrita credor

Roberto Garcia

Correspondente

NOVA IORQUE — Mal-humorado com a demora na conclusão de um acordo sobre o fim da moratória, o vice-presidente de um grande banco americano disse ontem que “a única previsão, por enquanto, é de um fim de semana difícil”. Ainda engajados na redação do documento estabelecendo os termos da conta em caução onde será depositado o primeiro pagamento brasileiro de juros desde 20 de fevereiro deste ano, banqueiros e a equipe brasileira chefiada por Fernão Bracher deverão continuar reunidos no sábado, em busca de um acordo.

Negociadores em Nova Iorque foram informados por altos funcionários do Departamento do Tesouro e do Banco Central americano de que a classificação da dívida brasileira pode esperar mais alguns dias. “As autoridades que regulamentam os bancos do país informaram que serão flexíveis mas advertiram que sua paciência não é infinita”, disse um membro importante da comissão de bancos que representa todos os credores do país.

Até recentemente, essas mesmas autoridades insistiam num pagamento pelo Brasil antes de 20 de outubro a fim de evitar o rebaixamento da classificação dessa dívida. Se ocorresse o rebaixamento, os bancos teriam que imobilizar parte de seu capital em reservas para prejuízos eventuais.

Segundo fontes bem informadas, os problemas pendentes na negociação são apenas de redação, visto que as quatro questões de substância já teriam sido acertadas entre o Brasil e os bancos. Os bancos concordaram em reescalonar os montantes da dívida vencida e a vencer de 1986 a 1989, a considerar com boa vontade o desejo brasileiro de converter parte da dívida em investimentos e em títulos a curto prazo, a manter as linhas de crédito de curto prazo nos níveis anteriores à decretação da moratória. Os credores também concordaram em contribuir com mais 3 bilhões numa conta em caução que serão usados para pagar juros atrasados do Brasil. O governo brasileiro concordou em contribuir com 1 bilhão de dólares para essa conta, dos quais 500 milhões de dólares devem ser depositados em novembro.

Em alguns casos, o Brasil desejava que o acordo fosse vago e em outros casos queria compromissos definidos claramente. Fernão Bracher insistia em flexibilidade a fim de dar espaço de manobra para o governo Sarney. Ele alegou que embora haja crescente compreensão da necessidade de um acordo com o FMI no país, o governo não tem condições políticas de submeter-se a um acordo *stand by* ortodoxo, no estilo tradicional. Na parte referente à conversão da dívida em títulos, Bracher reivindicou que os bancos se comprometessem firmemente a aceitá-la. Verificando que não havia unanimidade nessa questão, Bracher acabou aceitando uma redação vaga.

O ponto mais difícil da redação do acordo refere-se à conta em caução no banco de Compensações Internacionais, uma espécie de Banco Central dos bancos centrais, com sede na cidade de Basileia, na Suíça.